



prefeitura de  
**PORTO ALEGRE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA**  
**COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**  
**PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC**  
**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

**Decisão nº 41 / 2021 CMRI**

Porto Alegre, 15 de junho de 2021

**Recursos nº** 002962-20-67, 002963-20-15, 002965-20-20 e 002966-20-88

**Recorrente:** B. S. M.

**Órgão Requerido:** Secretaria Municipal da Fazenda - SMF

**Relator:** Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - SMGOV

## **1. Relatório**

O Recorrente solicitou uma série de informações relativas às renúncias fiscais do Município de Porto Alegre. Buscou saber, em especial, o número de contribuintes beneficiados e os valores estimados de renúncia em cada um dos últimos 5 anos no que se refere aos benefícios trazidos no Código Tributário Municipal e destinados a: i) cooperativas; ii) proprietário de economia predial, residencial ou mista, cujo valor venal não exceda ao limite definido no artigo 70, inciso XXVI, do Código Tributário Municipal; iii) entidades culturais, recreativas e culturais; iv) sindicatos.

Inicialmente, a Secretaria Municipal da Fazenda não atendeu o pedido. Apresentou justificativa no sentido de que “[...] Atualmente as demandas da Secretaria Municipal da Fazenda que estão sendo atendidas pela Protempa estão relacionadas ao IPTU 2021, motivo pelo qual não podemos prever quando teremos condições de disponibilizar as informações relacionadas a presente demanda.”

Ao interpor o recurso, o Requerente argumentou, em suma, que: i) as informações seriam necessárias para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo que já estariam disponíveis; ii) além disso, as informações seriam necessárias para o cumprimento das leis orçamentárias, o que reforçaria o entendimento de que já estariam disponíveis. Pediu o atendimento das solicitações elencadas acima.

Ao se manifestar sobre o recurso interposto, a Secretaria Municipal da Fazenda reavaliou os pedidos apresentados e concluiu ser possível o atendimento (12662248), apresentando a planilha trazida no doc. 12796438. Afirmou, porém, que “[...] nestes casos solicitados, não há cálculo de IPTU pelo sistema. Disponibilizamos os atributos cadastrais de modo que o IPTU pode ser calculado manualmente, conforme as disposições legais”.

Insatisfeito com as informações apresentadas, o requerente apresentou nova solicitação 003439-21-49, sustentando que para compreender as informações fornecidas nos protocolos 002962-20-67, 002963-20-15, 002965-20-20 e 002966-20-88, seria necessário responder conjuntamente: 1. De quais sistemas foram extraídos os dados das isenções de IPTU listados acima (referir os nomes)? ; 1.1 Desde quando são utilizados pela PMPA? 1.2. Qual é a tecnologia de banco de dados utilizada para armazenar esses dados?; 1.3. Em que linguagem são desenvolvidos esses sistemas?; 1.4. Solicitamos fornecimento do dicionário de dados de cada sistema.

Quanto a estas novas solicitações a **Secretaria Municipal da Fazenda** respondeu a todos os questionamentos dentro do prazo, destacando que com relação ao item 1.4 não seria possível

fornecer referida informação, em razão do acordo judicial firmado com a empresa fornecedora do sistema no processo 70075040279 do Tribunal de Justiça do RS. Não concordando com a justificativa apresentada o requerente pediu reexame somente quanto ao item 1.4 (art. 22, Decreto 19.990/2018) referindo, em síntese, que para fundamentar a negativa o documento deveria ser juntado à resposta, sendo a resposta incompleta e não possuindo validade jurídica, afirmando, também que da análise dos autos não foi possível vislumbrar nenhuma cláusula que dispusesse sobre a não disponibilização de informações e, em especial, com relação ao dicionário de dados, destacando que dicionário de dados não é o mesmo que sistema.

Em análise do reexame, a Secretaria Municipal da Fazenda, apresentou o acordo judicial informando que a impossibilidade de apresentar o dicionário de dados, estaria abrangida no Anexo único, item 7. xxi, informando que possuem conhecimento de que o dicionário de dados não é o mesmo que o sistema, mas atentando que faz parte da documentação técnica.

Posteriormente o requerente apresentou recurso com fundamento no art. 24, Decreto 19.990/2018 aduzindo que não seria possível aceitar a resposta fornecida, pois eventuais acordos entre as partes são vinculantes apenas entre elas, não podendo negar o direito do cidadão de acesso à informações públicas por uma discussão jurídica que sequer o cidadão faz parte. Ademais, afirmou ser necessário reforçar que as informações públicas referidas nessa solicitação dizem respeito à questões necessárias para compreender adequadamente uma série de dados fornecidos pela própria administração pública, situação que afeta o cumprimento dos deveres de publicidade e transparência da Administração Pública Municipal. Ao final, requereu que o recurso seja conhecido e provido para fins de fornecimento do dicionário de dados das informações requeridas. Alternativamente, caso se entenda necessário, o recorrente sugeriu que fosse peticionado nos autos do processo 70075040279 para que se informe o juízo o interesse dos cidadãos em matéria tratada pelo acordo, bem como requisitado ao juízo se o acesso por parte dos cidadãos ao dicionário de dados afetaria as obrigações assumidas pela Administração Pública no referido acordo.

É o breve relatório.

### **1.1 Resumo do pedido original**

Após o atendimento da solicitação 003439-21-49, o requerente não concordando com a justificativa apresentada quanto ao item 1.4, em grau de reexame requereu para que a Secretaria Municipal da Fazenda apresentasse o acordo judicial informado, destacando que dicionário de dados não é o mesmo que sistema.

### **1.2 Razões do órgão/entidade requerida**

Inicialmente, a Secretaria Municipal da Fazenda apresentou o acordo judicial informando que a impossibilidade de apresentar o dicionário de dados, estaria abrangida no Anexo único, item 7. xxi, *in verbis*:

#### **ANEXO ÚNICO**

##### **7. RESPONSABILIDADE DA PROCempa**

xxi. Não poderá transferir a terceiros, sob nenhuma condição e a que título for, os códigos fontes, a documentação técnica e as metodologias aplicadas no desenvolvimento do SIAT. A manutenção dos códigos fontes do SIAT deverá ser exclusivamente efetuada pela Procempa após a transferência pela Consult.

Ademais, destacou ainda que possui conhecimento de que o dicionário de dados não é o mesmo que o sistema, mas atentando que faz parte da documentação técnica. .

### **1.3 Razões do recorrente**

O recorrente apresentou suas razões para discordar da resposta fornecida pela Secretaria Municipal da Fazenda, elencando não seria possível aceitar a resposta fornecida, tendo em vista que processos judiciais e acordos eventualmente firmados entre as partes não são

vinculantes entre elas. Nesse sentido, este cidadão não pode ter acesso a informações públicas afetado por uma discussão jurídica da qual sequer faz parte. Afirmou ser necessário reforçar que as informações públicas referidas nessa solicitação dizem respeito à questões necessárias para compreender adequadamente uma série de dados fornecidos pela própria administração pública, situação que afeta o cumprimento dos deveres de publicidade e transparência da Administração Pública Municipal. Ao final, requereu que o recurso seja conhecido e provido para fins de fornecimento do dicionário de dados das informações requeridas. Alternativamente, caso se entenda necessário, o recorrente sugeriu que fosse peticionado nos autos do processo 70075040279 para que se informe o juízo o interesse dos cidadãos em matéria tratada pelo acordo, bem como requisitado ao juízo se o acesso por parte dos cidadãos ao dicionário de dados afetaria as obrigações assumidas pela Administração Pública no referido acordo, dessa forma, ingressou com recurso à CMRI.

## 2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto dentro do prazo legal de 10 dias da ciência da decisão, de modo que é tempestivo. Além disso, o Requerente é parte legítima para recorrer e solicitar reexame da matéria.

## 3. Análise do mérito

Analisando as solicitações realizadas pelo Recorrente, verificou-se junto à Secretaria Municipal da Fazenda, que o acordo está vigente, informando que o acordo foi assinado em 18 de dezembro de 2017 e que tem vigência até a outra decisão judicial de nova interpretação às cláusulas contratuais com a empresa uma vez que a lide é exatamente sobre se a empresa deveria ou não ter fornecido as fontes e sua documentação técnica ao Município e esta aceitou, através do acordo referido, o fornecimento das fontes, transferência de conhecimentos e documentação técnica **desde que não seja fornecido sob nenhuma condição e a que título for, os códigos fontes, a documentação técnica e as metodologias aplicadas no desenvolvimento do SIAT.** Ou seja, o fornecimento da documentação técnica estará quebrando o acordo firmado, devendo ser responsabilizado o Servidor que der causa a esta quebra contratual, conforme documento (14351828).

Dessa forma, considerando o acordo judicial existente, não será possível atender a demanda solicitada.

## 4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações CMRI, por unanimidade dos presentes, decide por não acolher o recurso.

## 5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para ciência do recorrente da presente Decisão.

De acordo:

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Divisão de Gestão Documental

**Recurso nº 003439-21-49**



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 15/06/2021, às 15:28, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Dario da Silva Oliveira Junior, Servidor Público**, em 15/06/2021, às 15:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luig Almeida Mota, Servidor Público**, em 15/06/2021, às 15:42, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 15/06/2021, às 15:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 15/06/2021, às 16:08, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 15/06/2021, às 16:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 15/06/2021, às 17:46, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 16/06/2021, às 15:17, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **14407499** e o código CRC **94C9C6CB**.